

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO ESTADUAL DE MEIO
AMBIENTE - CONSEMA**

Aos onze dias do mês de dezembro de 1995, realizou-se a Segunda Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, na Sala de Eventos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, situada na Av. A. J. Renner, 10, nesta capital, com início às 14h15min e com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Moacir Angelo Deves**, Representante Titular do SINDAGUA; **Sr. Sandor Arvino Grehs** e **Sr. Bruno Edgar Irgang**, Representantes Titular e Suplente respectivamente de Instituição Universitária Pública - UFRGS; **Sr. João Antônio Pegas Henriques**, Representante Titular do Centro de Biotecnologia do Estado do RS; **Sra. Vera Lúcia Maróstica Callegaro**, Representante Titular da Fundação Zoobotânica; **Sra. Claudia Petry**, Representante da Secretaria de Ciência e Tecnologia; **Sr. Néilton Vieira dos Reis**, Representante Titular do IBAMA; **Sr. César Augusto Mazzillo**, Representante Suplente de Instituição Universitária Privada - PUCRS; **Sr. Antônio Carlos Porciúncula Soler** e **Sr. Alexandre Melo Soares**, Representante Titular e Suplente respectivamente do Centro de Estudos Ambientais; **Sr. Ten. Cel. Ronei Antônio Dalla Costa**, Representante da Secretaria de Justiça e Segurança Pública; **Sr. Gilberto Gonçalves**, Representante Titular da FAMURS; **Sr. Antônio Carlos Rossato**, Representante da Secretaria de Minas, Energia e Comunicações; **Sr. Luiz Augusto Signor**, Representante Titular da ABEPAN; **Sr. João Carlos Minella**, Representante da Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais; **Sr. Régis Alberto Talheimer**, Representante da Secretaria da Cultura; **Sr. Fernando Petersen Júnior**, Representante Suplente da Sociedade de Engenharia do RS; **Sr. Isaac Zilberman** e **Sr. Claudio C. Marques**, representantes Titular e Suplente respectivamente do Comitê de Bacia Hidrográfica; **Sr. Francisco Milanez**, Representante Titular da AGAPAN; **Sr. Carlos Adilio do Nascimento**, Representante Titular da FIERGS; **Sr. Paulo Ardani Siqueira Otton**, Representante de Secretaria de Obras Públicas, Saneamento e Habitação; **Sra. Silvia Maria Albertani Machado**, Representante da Secretaria de Educação; **Sr. Valmir Susin**, Representante Titular da FARSUL. A Sra. Verena Nygaard deu início à reunião, informando que o Sr. Germano Bonow está com compromissos com o Sr. Governador, devendo comparecer mais tarde à reunião. Após a verificação do quorum e assinatura do Livro de Presenças, a Sra. Presidente fez a leitura das comunicações enviadas à Secretaria Executiva, que são as seguintes: ofício nº 082/95-SERGS - 17/11/95 - Engº Sérgio Bottini, Presidente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, indica como Membro Suplente o Engº Fernando Petersen Júnior, em substituição ao Engº Adolfo Cantergi; ofício nº 1847 - Sr. Carlos Jorge Appel, Secretário de Estado da Cultura, indica como Representante o Sr. Régis Alberto Talheimer, em substituição ao Sr. Luis Carlos da Cunha Carneiro; ofício nº 1465/95-SEMC - 08/12/95, Sr. Augusto Götze, Secretário de Estado Substituto, indica como Representante para essa reunião o Sr. Antônio Carlos Rossato, por impedimento do Sr. Secretário de Energia, Minas e Telecomunicações, Sr. Assis Roberto de Souza; ofício nº 473/95-Gab/SCT - 11/12/95< Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha, Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia Substituto, indica como Representante para essa reunião a Sra. Claudia de Almeida Petry; Fax nº 723/95-PUCRS - 08/12/95, justificando ausência da Sra. Ellen Mayhe Nunes e Sr. César Augusto Mazzillo, em Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA. O Sr. Antônio Carlos P. Soler disse já ter recebido cópia da ata da

44 Primeira Reunião Ordinária do Conselho e gostaria de saber se houve alguma modificação em seu
45 teor. A Sra. Verena Nygaard esclareceu que não houve modificações no teor da referida ata, mas que
46 devido as dúvidas, sugeriu que a ata da Primeira Reunião Ordinária do CONSEMA fique como
47 pauta para a próxima reunião, com esclarecimentos necessários. Aprovada por unanimidade a ata da
48 Segunda Reunião Extraordinária do CONSEMA. Passou-se então para o segundo item da pauta:
49 Criação da Câmara Técnica de Agrotóxicos. A Sra. Verena Nygaard iniciou seu comentário dizendo
50 que a Secretaria Executiva do CONSEMA sugeriu a criação da Câmara Técnica de Agrotóxicos,
51 devido a precariedade da Fundação em relação ao assunto. Comentou sobre portaria conjunta da
52 Secretaria da Agricultura e Abastecimento e Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, criando um
53 grupo de agrotóxicos, salientando que seria interessante a participação do Conselho nas decisões
54 desse grupo. O Sr. Sandor Arvino Grehs, em função do que foi exposto, propôs ao Conselho a
55 indicação do Sr. João Antônio P. Henriques, Representante do Centro de Biotecnologia, do Sr.
56 Francisco Milanez, Representante da AGAPAN, e de um representante da área agrônômica, dizendo
57 que é fundamental sua participação na Câmara Técnica de Agrotóxicos. O Conselheiro Francisco
58 Milanez lembrou, que no Mercosul, a legislação de agrotóxicos está sofrendo riscos e que a
59 Argentina e o Uruguai não têm o mesmo rigor, dizendo que estamos importando produtos com
60 agrotóxicos proibidos no Brasil. Salientou importância desse debate para que se tenha continuidade
61 nas conquistas gaúchas. O Conselheiro João Antônio P. Henriques afirmou que a legislação
62 brasileira, em termos de agrotóxicos, se harmonizou com a legislação internacional, sendo rígida e
63 bem elaborada.. Disse também, que a Argentina, o Uruguai e o Paraguai não têm rigor em relação a
64 registro de produtos químicos, e que devem se atualizar segundo a legislação brasileira. Disse ainda
65 que seria interessante o registro de produtos de cada País, para que circulem livremente. Citou que
66 no Uruguai circulam produtos contaminados fabricados na China. O Sr. Gilberto Gonçalves
67 comentou a importância da participação da FAMURS nesta Câmara técnica de Agrotóxicos e que
68 também a EMATER deve ser convocada. Fez comentário sobre a destinação final das embalagens de
69 agrotóxicos e o que está ocorrendo com relação a isso no interior dos Municípios. A Sra. Verena
70 Nygaard disse que a FEPAM tem recebido várias consultas de Prefeituras nesse sentido, sendo que
71 não é justo que fiquem com o ônus de construir depósitos que não são a solução. O Sr. Valmir Susin
72 comentou o desconhecimento do produtor em relação ao agrotóxico e que este deve ter maior
73 esclarecimento sobre o produto que utiliza; disse que a FARSUL também deve participar da Câmara
74 Técnica de Agrotóxicos. O Sr. Ronei Antônio Dalla Costa disse que é fundamental o controle de
75 agrotóxico, haja vista, os problemas enfrentados pela sociedade. Fez ainda considerações sobre a
76 Câmara Técnica de Agrotóxicos, colocando em discussão a questão do Conselho estar criando um
77 órgão de assessoramento do CONSEMA. A Sra. Verena Nygaard esclareceu que o Regimento
78 Interno prevê que a Câmara Técnica tenha cinco membros. O Sr. Carlos do Nascimento apresentou
79 ao Conselho a Sra. Marise Keller dos Santos, Engenheira Química do SENAI e Diretora Técnica do
80 Centro de Produção Limpa - FIERGS/SENAI. Fez comentário a respeito do treinamento que
81 receberam no exterior sobre produção mais limpa e sobre a ISO 14 mil, e que em breve essas normas
82 serão implantadas no Brasil. Comentou também que a criação da Câmara Técnica de Agrotóxicos no
83 Rio Grande do Sul é de extrema importância, pois as indústrias estão necessitando de orientação
84 sobre o assunto. Finalizou dizendo que acha pertinente a participação da FIERGS nessa comissão. A
85 Sra. Verena Nygaard explicou ao Conselho que a Secretaria da Agricultura ainda não indicou um
86 representante para substituir o Sr. Ronaldo Dorneles. O Sr. Antônio Carlos P. Soler disse que a

87 Secretaria da Agricultura deve ser convocada, mas salientou que existe a limitação regimental, de
88 cinco membros. Como existem seis sugestões, a Sra. Verena Nygaard sugeriu que os cinco mais
89 votados integrem a Câmara Técnica. O Sr. Antônio Carlos P. Soler sugeriu que a formação da
90 Câmara Técnica permanecerá como está, e que a Secretaria da Agricultura participe com direito a
91 voz e sem direito a voto, explicando que houve interesse das entidades presentes de participar da
92 Câmara Técnica e a Secretaria da Agricultura não se manifestou. O Sr. Isaac Zilberman esclareceu
93 que a participação da Secretaria da Agricultura foi lembrada no início dessa discussão pelo
94 Conselheiro Sandor Arvino, e que o representante da Secretaria da Agricultura não se encontra
95 presente nessa reunião, razão pela qual não se apresentou. O Sr. Valmir Susin sugeriu que a
96 Secretaria da Agricultura participe como Titular e que a FARSUL trabalhe em conjunto. Após as
97 considerações dos Conselheiros, a Câmara Técnica de Agrotóxicos foi colocada em votação, sendo
98 aprovada com a seguinte composição: Centro de Biotecnologia, AGAPAN, Secretaria da
99 Agricultura, FAMURS e FIERGS. Passou-se para o segundo item da pauta: discussão da Política
100 Estadual de Meio Ambiente. A Sra. Verena Nygaard fez uma rápida introdução sobre o assunto,
101 dizendo que na primeira reunião do Conselho foi encaminhada proposta com subsídios da Secretaria
102 Executiva, como ponto de partida para essa discussão, passando a palavra aos Conselheiros, para
103 manifestações. O Sr. Carlos do Nascimento disse que o Rio Grande do Sul está preparado para essa
104 elaboração e que a FIERGS oficiou aos Sindicatos filiados, dizendo da importância da elaboração de
105 uma Política Estadual de Meio Ambiente, solicitando que fossem enviadas à FIERGS sugestões
106 sobre essa questão. Comentou que a resposta foi surpreendente. Procedeu em seguida a leitura de
107 ofícios com respostas dos Sindicatos das Indústrias do Rio Grande do Sul traduzem a maturidade do
108 Estado nas ações ambientalistas. O Sr. Antônio Carlos Soler fez comentários sobre o assunto e
109 distribuiu ao Conselho cópias de documento do Conselho Municipal de Proteção Ambiental -
110 COMPAM, de Pelotas, onde consta sugestão de incluir na Proposta da Política Estadual de Meio
111 Ambiente, a questão do sistema lagunar dos Patos e Mirim, como um dos objetivos específicos desta
112 política e outro, com propostas elaboradas pelo Centro de Estudos Ambientais sobre a Política
113 Estadual de Meio Ambiente, dizendo que gostaria de discutir e se possível ter a aprovação do
114 Conselho. A Sra. Verena Nygaard passou a palavra ao Plenário para manifestações. O Conselheiro
115 Sandor Grehs fez comentário sobre documento apresentado pela FEPAM, e disse que o Conselho
116 não tem condições de avançar nessa questão sem promover seminários regionais, para ouvir a
117 comunidade e sugeriu a participação do Comitê de Bacias Hidrográficas. O Sr. Francisco Milanez
118 acrescentou que é importante a participação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. A Sra.
119 Verena Nygaard apoiou integralmente as propostas apresentadas considerando-as de grande
120 importância para o Meio Ambiente. O Sr. Gilberto Gonçalves comentou sua satisfação em relação
121 ao que foi exposto e achou excelente a participação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento,
122 dizendo que o CONSEMA deve se reunir com o Vice-Governador do Estado, para discutir essa
123 questão. O Sr. Isaac Zilberman fez comentários sobre a Lei 10.350 que dividiu o Estado do Rio
124 Grande do Sul em três grandes regiões hidrográficas que são a bacia do Rio Uruguai, a bacia do
125 Guaíba e as bacias Litorâneas, salientando que a Lei 10.116/94, conhecida como Lei Vitela, não
126 pode ser esquecida, pois regulamenta toda a forma de planejamento territorial no Rio Grande do Sul.
127 Comentou sobre a proposta da FEPAM, dizendo que dentro dos Objetivos Específicos item (2.2.1) é
128 fundamental incluir o seguinte: “Atuar de forma integrada nos programas de planejamento territorial
129 e econômico... “. Os programas de caráter territorial tem que ter como princípio contemplar as

130 questões ambientais e disse que, até o presente momento, não existe legislação que diga dessa
131 necessidade. Continuando suas observações, disse que isso deve ser reforçado, para que essa
132 integração seja desde o diagnóstico até a proposta de ação. Citou alguns itens da Proposta de Política
133 Estadual do Meio Ambiente, como o 2.2.6, onde se lê: “Disciplinar o uso dos recursos estaduais,
134 integrando o sistema Estadual de Proteção Ambiental com o Sistema Estadual de Recursos Hídricos,
135 na busca de soluções conjuntas que compatibilizem os usos e a preservação...” deve ser incluído “...a
136 conservação e a melhoria...”, da mesma forma no item 2.2.8, onde se lê “Estimular o uso de técnicas
137 agrícolas conservacionistas e o controle integrado de pragas com o intuito de reduzir a perda de solo
138 fértil por processos erosivos...”. deve ser incluído “...conservar os recursos naturais...”, e no item de
139 nº 3 - Princípios Fundamentais, no último parágrafo, “Neste enfoque a gestão integrada dos recursos
140 ambientais, a avaliação prévia dos impactos no meio ambiente...”, incluir “...objetivos a serem
141 alcançados pelo CONSEMA”. Finalizou reforçando que é necessário utilizar essa experiência, que o
142 Estado do Rio Grande do Sul já a possui com relação às bacias hidrográficas, principalmente no que
143 se refere às bacias do rio dos Sinos e do rio Gravataí, onde existem setores econômicos e a forma de
144 produção, sendo tratados pelos Comitês das respectivas bacias. O Sr. Sandor Grehs comentou que é
145 necessário operacionalizar tudo o que foi exposto e sugeriu eleger, dentro de cada uma das três
146 regiões, um conjunto de intenções e agilizar essa questão para resolver os problemas ambientais,
147 salientando o desperdício dos escassos recursos financeiros do Estado, e que a atuação do Conselho
148 na fiscalização orçamentária futura é fundamental. O Sr. Isaac Zilberman, para complementar,
149 comentou o problema do controle de consumo de água na bacia do rio Santa Maria, que se encontra
150 com déficit de água. O Conselheiro Gilberto Gonçalves lembrou as condições das regiões de Dom
151 Pedrito, Rosário do Sul e Santa Maria, dizendo que é um exemplo do mau gerenciamento e da falta
152 de um Comitê de Recursos Hídricos. O Sr. Antônio Carlos Soler disse que deve ser criada uma
153 Câmara Técnica específica para administrar, promover encontros, estudar documentos e estabelecer
154 um cronograma de ações, com prazo limite para definições da Proposta da Política Estadual de Meio
155 Ambiente do Rio Grande do Sul. O Sr. Francisco Milanez disse que deve ser equacionado o
156 problema da água, que o destino da Lei de Recursos Hídricos é preocupante e que deve ser
157 regulamentada. Disse ainda que o Conselho deve traçar cronograma de reuniões regionais para tratar
158 dessa questão. O Sr. Valmir Susin propôs que seja organizada uma reunião com todos os presidentes
159 dos Conselhos Regionais, o CONSEMA e o Comitê de Recursos Hídricos. A Sra. Verena Nygaard
160 demonstrou preocupação em relação a essa operacionalização e como viabilizar os seminários
161 regionais, dizendo que deve haver uma estrutura regional para apoio. O Sr. Isaac Zilberman afirmou
162 que a discussão com vários Municípios do Estado é muito importante, apoiando o que foi proposto.
163 O Sr. Francisco Milanez expos a idéia de organizar uma reunião e convocar os presidentes dos
164 Conselhos de Desenvolvimento, das Associações de Municípios e os Comitês, para que organizem
165 de reuniões regionais. O Sr. Gilberto Gonçalves sugeriu que seja formada uma comissão para
166 discutir essas questões ambientais, com o Presidente do Conselho de Recursos Hídricos, antes da
167 regionalização. O Sr. Isaac Zilberman sugeriu que as Associações de Comércio e Indústria dos
168 Municípios sejam o ponto paralelo para chegar até as comunidades. A Sra. Verena Nygaard disse o
169 Conselho deve agendar reunião com o Secretário de Planejamento e com o Presidente dos Conselhos
170 Regionais de Desenvolvimento para viabilizar encontro com todos os presidentes de Conselhos, no
171 sentido de propor sugestões. O Sr. Antônio Carlos P. Soler propôs que, além da reunião citada,
172 devem ser mobilizados também os Comitês de Bacias, COREDS e outras áreas da sociedade que

173 desejam participar. O Sr. Francisco Milanez comentou que essa reunião, além de sensibilizar as
174 lideranças, servirá para estudar estratégias de ação e de discussão regional. O Sr. Néilton dos Reis
175 manifestou sua preocupação em relação a critérios para a realização desse trabalho, dizendo que
176 pode ocorrer desperício na ânsia de agilizá-los. Disse também que é importante ouvir essas entidades,
177 para determinar a metodologia desses trabalhos. O Sr. Antônio Carlos P. Soler disse que não vê
178 impedimento na realização desses dois trabalhos juntos. A Sra. Verena Nygaard sugeriu que seja
179 criado um grupo para montar proposta de trabalho, ou então, criar formalmente uma Câmara
180 Técnica Temporária, com prazo definido, para equacionar a regionalização da Proposta da Política
181 Estadual de Meio Ambiente. Acrescentou também que as propostas que a FIERGS recebeu sejam
182 encaminhadas à Secretaria Executiva do CONSEMA. O Sr. Gilberto Gonçalves disse que o
183 Conselho deve criar, de imediato, a comissão que se reunirá com o Secretário de Planejamento, e
184 também criar a Câmara Técnica que irá elaborar a regionalização e enfatizou a importância do papel
185 do CONSEMA nesse trabalho. O Sr. Francisco Milanez opinou que é o momento do Conselho
186 mostrar que o Meio Ambiente pode ser o determinante das possibilidades de desenvolvimento
187 dessas questões nos próximos anos. A Sra. Verena Nygaard, objetivando os trabalhos, expos ao
188 conselho as propostas apresentadas, que são: a criação de comissão que tratará com a Secretaria do
189 Planejamento e a criação de uma Câmara Técnica Temporária, que tratará da regionalização dessa
190 Política, perguntando ao Plenário quais Conselheiros que se dispõem a montar esta política. O Sr.
191 Antônio Carlos P. Soler sugeriu que os membros da comissão sejam os mesmos que irão compor a
192 Câmara Técnica, não havendo dessa maneira duplicidade de intenções. O Sr. Francisco Milanez
193 lembrou que o movimento ambientalista tem a Assembléia Permanente de Entidades de Defesa do
194 Meio Ambiente do Estado, que poderá auxiliar nessa questão. O Sr. Issac Zilberman se pronunciou a
195 favor da participação do Comitê de Bacias Hidrográficas. O Sr. Antônio Carlos P. Soler disse que o
196 Centro de Estudos Ambientais participa sem direito a voz e voto, acompanhando todas as atividades
197 e colaborando no que for possível. O Sr. Sandor Grehs informou que a UFRGS deseja participar
198 desta Comissão. O Sr. Antônio Carlos P. Soler comentou que se o Conselho optar por criar uma
199 comissão, o Centro de Estudos Ambientais não irá se opor, mas fez um alerta dizendo que a previsão
200 regimental é de Câmaras, e quando criadas, têm todo o embasamento formal para agir. Após as
201 considerações dos Conselheiros, ficou decidido e aprovado pelo Conselho a criação de uma Câmara
202 Técnica Provisória, constituída pelos seguintes órgãos representativos: FAMURS, AGAPAN,
203 COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS, CENTRO DE ESTUFOS AMBIENTAIS,
204 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO e FIERGS, com um prazo de cinco meses para apresentar
205 uma proposta de Política Estadual de Meio Ambiente ao CONSEMA, considerando os aspectos
206 regionais e convocará reunião para tratar do assunto. Passou-se então para o último item da pauta:
207 Assuntos Gerais. O Sr. Antônio Carlos P. Soler comentou sobre problema que vem ocorrendo no
208 Município de Pelotas, dizendo que o COMPAM solicitou a FEPAM dados sobre esse assunto, mas
209 até o momento, não recebeu resposta oficial nesse sentido. Explicou que é um problema sério de
210 poluição hídrica nesse Município, no canal apelidado de “Torpedão”, pois recebe vários efluentes
211 industriais, e mais de duas vezes esse líquido entrou em combustão provocando incêndios com
212 proporções consideráveis, e gostaria de obter informações sobre quais as providências da Fundação a
213 respeito dessa questão. A Sra. Verena Nygaard sugeriu ao Conselheiro que após essa reunião, o
214 Representante do CEA, converse com o diretor Técnico para maiores esclarecimentos sobre o
215 assunto. O Sr. Francisco Milanez fez comentário sobre o novo código da Propriedade Industrial, que

216 tem como um dos itens o patenteamento de seres vivos, dizendo que o Conselho deve se pronnciar
217 contra esse projeto e fez uma sântese sobre o assunto. O Sr. Antônio Carlos P. Soler concordou com
218 a AGAPAN, afirmando que o Conselho deve se manifestar conta a Lei de Patentes. O Sr. João
219 Antônio P. Henriquesdisse que a comunidade científica mostra preocupação em relação a essa Lei,
220 concordando que o Conselho deve se mam\nifestar contra esse patenteamento. A Sra Verena
221 Nygaard salientou que esse assunto não constava na pauta dessa reunião e que questão regimental
222 deve ser observada, dizendo que sua preocupação diz respeito a como o Conselho irá equacionar
223 manifestação nesse sentido. Disse também que a questão é formal, e que o Conselho deve zelar pela
224 ordem dos trabalhos, para que não seja aberto precedente. O Sr. Antônio Carlos P. Soler disse que
225 não vê impediemnto regimental, porque essa proposta surgiu no item de assuntos gerais, e há uma
226 unanimidade em relação a essa matéria. O Sr. Francisco Milanez disse que o Conselho deve remeter
227 correspondência ao Senado, às lideranças a ao Presidente da Replública. Após considerações dos
228 Conselheiros, ficou decidido que o Plenário elaborará moçõa contrária a tal projeto. A Sra. Vera
229 Lúcia Callegaro também opinou a favor dessa manifestaçãï do Conselho, dizendo que, quanto amis
230 pressão houver, melhor. O Sr. Sandor Arvino Grehs também se manifestou favoravelmente. O Sr.
231 Gilberto Gonçalves disse ser totalmente favorável a essa atitude, salientando que o Conselho deve
232 agir politicamente. O Sr. César Mazzillo também concordou integralmente com o que foi exposto. O
233 Sr. Nelton dos Reis demonstrou preocupação em relação a representatividade do CONSEMA em
234 encaminhar moção ao Congresso e à eficácia que teria essa atitude. O SR. Antônio Carlos P. Soler
235 disse que entende a preocupação do representante do IBAMA, que é uma preocupação regimental
236 técnica e que o CONSEMA pode se manifestar através de moção, estando no seu papel político. O
237 Sr. Néltõn dos Reis justificou sua preocupação dizendo que o Conselho é Estadual, nesse caso não
238 pode interferir na Legislação de outros Estados. O Sr. Germano Bonow frisou que o Conselho deve
239 observar a questão formal e que seus membros representam instituições, por esse motivo, o
240 Regimento deve ser observado, e agindo dessa forma o Conselho está indo contra o Regimento, pois
241 o problema apresentado não constava previamente da Ordem do Dia. O Sr. Francisco Milanez
242 comentou que, conforme o Regimento Interno do CONSEMA, está previsto a possibilidade de
243 discussão de matérias que não estão incluídas na Ordem do Dia. A Sra. Verena Nygaard solicitou ao
244 Conselho que, para as próximas reuniões, os interessados em incluir algum assunto na Ordem do
245 Dia, encaminhem à Secretaria Executiva do CONSEMA, com antecedência, tal solicitação. Disse
246 também que essa questão deve ficar clara nessa reunião,para que fatos semelhantes não ocorram no
247 futuro. A Sra. Vera Lúcia M. Callegaro também se mostrou a favor da inclusão dessa matéria na
248 Ordem do Dia e disse que a deliberação em forma de moção está prevista no Regimento. Após as
249 considerações dos Conselheiros, a Sra. Verena Nygaard colocou em votação a inclusão na Ordem do
250 Dia da Moção sugerida pela AGAPAN, contra o projeto de patenteamentode seres vivos, em
251 tramitação no Senado Federal, sendo aprovado pelo Plenário em unanimidade. Dando
252 prosseguimento à reunião, a Sra. Verena Nygaard sugeriu que o Conselho proceda à redação dessa
253 moção e defina para quem será encaminhada. Após entendim,entos, a moção ficou com o seguinte
254 txtõ: “O Conselho Estadual do Maio Ambiente do Rio Grande do Sul, em reunião realizada no dia
255 onze de dezembro próximo passado, por unanimidade, aprovou moção contrária à possibilidade de
256 patenteamento de seres vivos, conforme consta do Projeto de Lei de Patentes, ora em tramitação no
257 Senado Federal. “, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, os Conselheiros determinaram
258 que essa moção deverá ser encaminhada ao Presidente do Sendado Federal, aos três Senadores do

259 Estado do Rio Grande do Sul, a cada líder de bancada no Senado Federal, ao Presidente da
260 República, ao Vice-Presidente da República e ao Presidente da Comissão de Saúde do Meio
261 Ambiente da Assembléia Legislativa. O Sr. Moacir Angelo Deves manifestou sua dificuldade em se
262 deslocar do interior do Estado nas segundas feiras, e solicitou ao Conselho que as reuniões sejam
263 realizadas em outro dia da semana. Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente encerrou os
264 trabalhos as 17h00min. Nada mais havendo para registrar, lavrei a presente ata que vai assinado por
265 mim e pelos Conselheiros presentes a reunião.

266 Verena Nygarrd - Secretária Executiva do CONSEMA